

# OLHAR O MUNDO RURAL

Nº.22 dezembro/18



ENTREVISTA A PEDRO BROSEI  
**Desafios das  
Pescas exigem  
respostas especiais**

PÁGINA 5



DLBC COSTEIRO  
**GRATERMAR  
elege novos  
órgãos sociais**

PÁGINA 6

PÁGINA 4

PROJETOS EXEMPLARES

**BOMBEIROS DA  
PRAIA DA VITÓRIA  
FAZEM-SE À ESTRADA  
PARA AJUDAR QUEM PRECISA**





TIBÉRIO DINIS  
Presidente do Conselho de  
Administração da GRATER

## 2019: um ano importante para o desenvolvimento rural

Avançamos para o ano de 2019 com a certeza de que os passos dados durante o ano que agora se aproxima do fim foram determinantes para o reforço da competitividade e qualidade do nosso Mundo Rural.

O terminamos o ano com excelentes notícias: a aprovação do quadro geral de financiamentos e calendários para as candidaturas a projetos de investimento que visem o continuado desenvolvimento rural e local (GRATER), assim como das atividades de mar (GRATER MAR) na área de influência da associação.

O novo calendário de avisos para 2019 comporta plafonds para dois eixos: um destinado aos empresários, com uma dotação de cerca de 140 mil euros, e outro para a promoção do turismo e valorização do meio rural, também com cerca de 140 mil euros.

As candidaturas para "Investimento na Criação e no Desenvolvimento de Atividades Não Agrícolas" abrem a 1 de abril e fecham a 30 de maio, enquanto as candidaturas para "Investimentos em Infraestruturas de Lazer e Turísticas e Informações Turísticas" abrem a 1 de março e fecham a 28 do mesmo mês.

Quanto ao GRATER MAR, foi aprovada uma dotação de 208 mil euros, para projetos na área da "Inovação em espaço marítimo"; 38 mil euros, para projetos de "Qualificação Escolar e Profissional relacionada com o Mar"; 102 mil euros, para a "Preservação, Conservação e Valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos"; cerca de 128 mil euros, para o "Reforço da Competitividade da Pesca"; igual montante, para projetos na área do "Reforço da Competitividade do Turismo"; 38 mil euros, para a "Promoção de Produtos Locais de Qualidade" e 135 mil euros para a "Melhoria dos Circuitos Curtos de Bens Alimentares e Mercados Locais, no âmbito do mar".

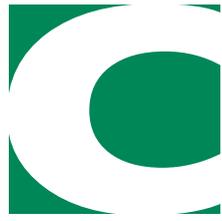
As candidaturas abrirão, todas, a 15 de janeiro e estarão disponíveis até 28 de fevereiro.

Mas 2019 será também um ano de fulcral importância na dinamização dos projetos de cooperação, quer pelo trabalho que tem que ser desenvolvido em torno da temática da Política Agrícola Comum pós 2020 e pelo futuro dos territórios rurais na União Europeia.

Estamos empenhados em ser sujeitos ativos nestas matérias, comprometendo-nos com a mesma energia na defesa do nosso espaço rural e marítimo.

Aproveito esta oportunidade para também saudar o novo Diretor Regional do Desenvolvimento Rural, Dr. Valter Braga, cujo currículo e experiência nos garantem um parceiro ativo na concretização das políticas e medidas necessárias ao desenvolvimento da Terceira e da Graciosa.

Aproveito também para desejar a todos vós um Santo e Feliz Natal e que 2019 seja um ano de enorme prosperidade.



## Curiosidades... ...do mundo rural

### Trigo no Natal

**Não é propriamente um hábito perdido, mas talvez esteja a cair em desuso: as pequenas sementeiras de trigo (mas também de ervilhaca, milho, tremço e alpista), em pratos ou taças, já não ocupam o seu lugar em todos os presépios ou janelas de Natal. Mas há quem se mantenha fiel a esta tradição associada, sobretudo, ao mundo rural.**

**Semeadas três semanas ou um mês antes do Natal, as pequenas sementeiras (bogos humedecidos em pequenos recipientes) tinham, nos primórdios, diz-se, uma simbologia – para além, é claro, de enfeitarem os presépios: oferecidas a Jesus, esperava-se, em troca, boas colheitas ou pão na mesa o ano todo. As sementeiras (há quem lhes chame "searinhas" ou "cabeleiras"), às vezes preparadas no dia oito de dezembro, dia da Imaculada Conceição, ocupavam lugar de destaque numa mesa natalícia, muitas vezes ao lado do menino, acompanhadas de laranjas e tangerinas, sobre um paninho branco, bordado.**

**É uma tradição que se repete um pouco por todo o país, tendo sido trazida para os Açores pelos povoadores. Nos presépios tradicionais das casas açorianas, as pequenas sementeiras resistem aos novos hábitos da época.**



Carla Bretão, economista

## Zonas rurais merecem reforço do financiamento

Carla Bretão é economista e há muito que acompanha empresários na elaboração de projetos de investimento. Defende o reforço do financiamento europeu nos programas voltados para o apoio às zonas rurais. Só assim, entende, será possível desenvolvê-las e combater os bem conhecidos problemas de desertificação a que estão sujeitas.



Perdeu a conta aos anos em que está associada à GRATER e aos projetos de investimento que já elaborou. Foram muitos e estão em muito relacionados com uma missão maior: apoiar o desenvolvimento e a diversificação económica das zonas rurais das ilhas Terceira e Graciosa. Carla Bretão, economista, vê neste trabalho, também, um dever. É preciso, diz, participar nas associações que têm um papel personalizado e de proximidade no seu território de intervenção. “Só assim podemos contribuir de forma positiva e próxima para a resolução de problemas no nosso território”, entende.

O papel da economista é fundamental na ajuda aos promotores de projetos de investimento. Acompanha empresários de vários quadrantes de atividade e encarrega-se de fazê-los ver se as suas ideias têm ou não viabilidade económica e, se sim, se há sistemas de apoio financeiro que possam suportá-las e fazê-las avançar. “Cabe a mim perceber a mais valia do projeto em questão para o desenvolvimento do tecido económico e qual o enquadramento na estratégia definida pelos vários programas”, explica.

Torna-se, por isso, essencial a compreensão e o conhecimento da estratégia definida pela GRATER e que tem por objetivo, também, suprir lacunas existentes no território de intervenção, isto é, na Terceira e na Graciosa.

E é neste contexto que vê, também, a importância do trabalho dos Gabinetes de Ação Local e, assim, da GRATER. “Os Gabinetes de Ação Local têm uma importância fundamental, não só na identificação das necessidades ao nível do mundo rural, pela proximidade que conseguem ter da população e do tecido comercial, industrial e agrícola, como também da organização de atividades que permitam dinamizar a área de intervenção em conjugação e parceria com o investimento privado. No fundo, têm como missão apoiar as populações e o tecido empresarial da sua área de intervenção para que seja possível atingir um melhor nível de desenvolvimento das zonas rurais, bem como uma melhor qualidade de vida e índice de empregabilidade”, sustenta.

O PRORURAL+ revela-se, nesta tarefa, um instrumento fundamental. “Estes programas têm uma

importância especial, por serem aplicados de forma minuciosa e direcionada para objetivos claros de intervenção, permitindo a criação e/ou modernização e remodelação de pequenas empresas nas freguesias rurais, ajudando à diversificação e dispersão da atividade económica, em complemento com outros programas de apoio públicos. Como a aplicação destes programas tem por base a definição de uma estratégia de intervenção que é delineada através da elencação dos problemas que devem ser resolvidos e das oportunidades que devem ser aproveitadas no território de intervenção, a respetiva forma de atuação e a grelha de pontuação construída com base nos objetivos a atingir, permite escolher os melhores projetos que de forma inequívoca serão potenciadores da resolução de algumas das lacunas identificadas nas zonas rurais”, considera.

A possibilidade, já avançada pela Comissão Europeia, de cortes nos fundos comunitários destinados à Política de Coesão, nomeadamente, merecem, portanto, críticas por parte da economista, que defende, por outro lado, que o desenvolvi-

mento das zonas rurais merece, sim, um reforço de verbas.

“Na vertente específica do programa gerido pela GRATER, espero que continuem a apostar nesta tipologia de gestão e financiamento descentralizada, para uma valorização e correta adaptação da intervenção à realizada e especificidades da nossa área de intervenção, uma vez que este modelo permite que os processos sejam mais céleres e eficientes. Entendo que não deve existir um corte no financiamento destes programas, mas antes um reforço que dê primazia aos projetos pequenos, sustentados e que permitam dar outro animo à vida rural e contribuir para o fortalecimento das zona de intervenção da GRATER (ilhas Terceira e Graciosa), permitindo combater a desertificação já conhecida em algumas zonas do espaço em questão. Somos uma Região Ultraperiférica e como tal continuamos a padecer de constrangimentos que devem ser atenuados através de um conjunto de ações necessárias. A Comissão Europeia não pode ficar alheia a este facto, embora caiba a nós Região lembrar e lutar por isso”, alertou.

## Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória

### Percorrer quilómetros para ajudar

Uma das missões centrais da Associação Humanitária dos Bombeiros da Praia da Vitória é o transporte de doentes. Todos os dias há quem precise de deslocar-se ao hospital ou ao centro de saúde para realizar tratamentos ou consultas. Em poucos dias, uma ambulância faz milhares de quilómetros.

A urgência desta função justificava, por si, a urgência do investimento. “Nós temos seis ambulâncias, três não urgentes, ou seja, de transporte de doentes e essa é uma percentagem grande do trabalho que fazemos. A maioria dos doentes que acompanhamos são doentes crónicos, o que significa que precisam de ir ao hospital todos os dias, todas as semanas ou todos os meses. Precisávamos, por isso, de melhorar as condições em que prestamos esse serviço”, avançou Luís Vasco Cunha, presidente da direção dos Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória.

Foi por isso que a corporação decidiu candidatar-se ao PRORURAL +, através da GRATER. O investimento de mais de 74 mil euros enquadrou-se na intervenção 7.4, nomeadamente no objetivo “melhorar a qualidade de vida das populações através de ações que valorizem o espaço onde os habitantes possam usufruir de



beneficiações realizadas em prol do seu bem-estar”. E foi o que aconteceu. Com a nova ambulância – e os novos equipamentos para melhorar o combate aos fogos e os salvamentos – a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória conseguiu abranger um maior número de pessoas, num total de 21.364, o que é relevante. De acordo com os dados estatísticos de 2016, o número de transportes efetuados pela corporação chegou aos 9.754; com este projeto, os bombeiros contam alcançar cerca de 12.000 transportes. Para conseguir responder melhor às necessidades da população, os Bombeiros da Praia da Vitória reforçaram, também, o quadro de pessoal, com a contratação de um novo enfermeiro. Tudo para que o concelho se sinta amparado e possa ter soluções mais céleres na área da saúde.



## TPE, Terceira, Unipessoal

### Uma marca para eventos

A TPE, Terceira, Unipessoal está no mercado com a marca Santos Eventos e é pela marca que é conhecida. Pela marca e pelos serviços que tem vindo a prestar. A empresa colabora com muitos dos organizadores de festas, privados ou públicos, da ilha, nomeadamente com o aluguer de tendas, e pretende, agora, potenciar e alargar a sua atividade ao resto do território açoriano.

Em 2016, a TPE, Terceira, Unipessoal candidatou-se ao PRORURAL+, através da GRATER, com um investimento de 99.208,23 euros destinados, precisamente, à aquisição de nova tenda para eventos, mas também ao desenvolvimento da sua comunicação e imagem. Tratou-se de uma ajuda fundamental, garante André Santos, da empresa. “Foi um apoio muito importante e penso que as pessoas deveriam utilizar mais este tipo de programas. Penso que cerca de 70% das empresas que fecham portas apostaram em coisas que não eram necessárias para o mercado”, disse.



Reconhece, entretanto, que o mercado dos eventos começa a ficar estrangulado. A agenda de maio a setembro, na ilha Terceira, está preenchida e o aparecimento de novas empresas na área tem de ser ponderado. Ainda assim, há espaço noutras ilhas e é nelas que a Santos Even-

tos está a pensar. “Temos conseguido entrar nos eventos que já estão estabelecidos, tentamos dinamizar e fazer diferente. Mas também queremos ir para outras ilhas. Neste momento temos 40 a 50% de aluguer no Grupo Central – para o ano pretendemos chegar aos 70%”, avançou.

Pedro Brosei, coordenador territorial da FARNET

# Declínio do setor das Pescas exige respostas diferentes

Pedro Brosei é coordenador da FARNET, o organismo que implementa a estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária ao Abrigo do Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos. É uma resposta voltada para as zonas costeiras e as comunidades piscatórias. Os desafios que ambas enfrentam, considera, justificam medidas diferenciadas.

## É coordenador temático e territorial da unidade de apoio da FARNET. Qual é a missão deste organismo?

A FARNET é a comunidade de pessoas que implementam o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) ao abrigo do Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas (FEAMP). Esta rede reúne Grupos de Ação Local de Pesca (GALP), autoridades de gestão, cidadãos e especialistas de toda a União Europeia para trabalhar no desenvolvimento sustentável das pescas e áreas costeiras. As zonas de pesca em toda a União Europeia enfrentam desafios significativos. O contínuo declínio do rendimento e do emprego no setor pesqueiro sublinhou a necessidade de respostas inovadoras que sejam sustentáveis e inclusivas. O DLBC é uma ferramenta que permite às comunidades pesqueiras locais enfrentar estes desafios, propondo e testando novas soluções. A FARNET está lá para ajudá-los a fazer isso acontecer.

O DLBC continua a abordagem baseada na área iniciada pelo Eixo 4 do Fundo Europeu das Pescas. O DLBC no âmbito do FEAMP traz oportunidades adicionais e inovadoras que permitirão às comunidades locais aumentar os efeitos dos mais de 10 000 projetos apoiados entre 2007 e 2014. Em particular, as comunidades locais terão a possibilidade de combinar fundos alocados no âmbito do FEAMP com os de outros países, nomeadamente Fundos Europeus Estruturais e de Investimento: o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

Assim como no Eixo 4, a tomada de decisões sobre o uso do financiamento para DLBC é delegada a parcerias locais que reúnem o setor privado, autoridades locais e organizações da sociedade civil. Conhecidos como Grupos de Ação

Locais de Pesca (GALP), essas parcerias tomam decisões dentro da estrutura de uma estratégia local, desenvolvida em resposta a necessidades específicas e oportunidades identificadas localmente. O financiamento disponível destina-se principalmente à criação de emprego e novas atividades económicas, bem como à melhoria da qualidade de vida em áreas afetadas por um declínio nas atividades de pesca ou por outros desafios específicos que dificultam a viabilidade das comunidades pesqueiras locais.

A Unidade de Apoio FARNET (FSU) é a equipa de assistência técnica criada pela Comissão Europeia para auxiliar na implementação do DLBC no âmbito do FEAMP. Trabalha em estreita colaboração com a DG MARE (Direção Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas), com as administrações dos Estados-Membros, com as redes nacionais de pesca e com os GALP e outros envolvidos na implementação do DLBC, construindo uma "rede de aprendizagem" que liga o crescente conhecimento e a experiência do DLBC de toda a Europa. Consiste numa equipe permanente de 10 pessoas, com sede em Bruxelas, assistida por 18 especialistas regionais.

O que nós fazemos: construir conhecimento e capacidade em desenvolvimento local liderado pela comunidade; identificar e divulgar respostas bem sucedidas aos principais desafios para as áreas costeiras, pesqueiras e de aquacultura em toda a Europa; garantir o fluxo de informações entre as partes interessadas envolvidas no desenvolvimento local liderado pela comunidade; apoiar a cooperação entre os GALP e outras parcerias de desenvolvimento locais em toda a Europa e além.

Como fazemos isso: através de aconselhamento especializado e assistência aos GALP e às administrações; através de eventos como seminários transnacionais e con-



ferências; através de publicações periódicas (a eletrónica FARNET Flash), uma revista anual FARNET, guias temáticos e metodológicos e outros relatórios técnicos; e através do site da FARNET e redes sociais.

## O Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) Costeiro é uma abordagem territorial de promoção do desenvolvimento das zonas pesqueiras e costeiras. Porque é que, na sua opinião, se torna importante a existência de uma abordagem específica para estes lugares? As zonas costeiras merecem, pelas suas características, uma atenção especial no que diz respeito às estratégias de crescimento aí implementadas?

O DLBC Costeiro representa, para o FEAMP, uma orientação para o desenvolvimento sustentável das zonas de pesca. Esta abordagem local foi introduzida pela primeira vez no Regulamento do FEP para o período 2007-2013 e reflete o reconhecimento, por parte da Comissão, que as forças complexas e em rápida mutação que afetam as zonas de pesca e as comunidades não podem ser tratadas apenas com políticas e instrumentos tradicionais. A Comissão Europeia afirmou, na altura, que a União Europeia "deve ser capaz de criar medidas de acompanhamento conjugadas com a reconversão das zonas afetadas,

através da reestruturação do setor das pescas". O DLBC fornece essas medidas ao FEP, sendo que a abordagem local ou territorial significa que tais medidas podem ser adaptadas a situações diversas, em zonas de pesca de toda a União Europeia.

## Como é que caracteriza a implementação do DLBC Costeiro em Portugal?

O DLBC Costeiro em Portugal (no continente) é marcado pelo contexto plurifundos, que é complexo em termos administrativos. Em relação ao apoio das EDL pelo MAR 2020, estamos agora a ver os primeiros resultados. Neste momento ainda há poucos projetos ligados à pesca. Claro que Portugal não é o único Estado-Membro da União Europeia onde este é o caso, mas as razões por que isto acontece merecem ser estudadas.

## Que vantagens é que esta abordagem pode ter nos Açores, na sua opinião?

A abordagem é claramente um instrumento que oferece às comunidades piscatórias e à pequena pesca a melhor forma de ir ao encontro dos desafios locais de desenvolvimento. As parcerias dos GAL Pesca e as estratégias locais podem fazer a diferença. Especialmente o contexto peninsular é propício para iniciativas de abordagem ascendente, penso eu.

# GRATER e GRATERMAR reúnem em assembleia

A GRATERMAR reconduziu, esta terça-feira, no salão nobre da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, os seus órgãos sociais.

A mesa de assembleia de parceiros do grupo de ação local para as pescas fica composta com a Lotaçor na presidência, representada por Cíntia Machado, a Cooperativa Piscatória Açoreana CRL, com Lázaro Silva como secretário, e a Cooperativa de Armadores Terceirenses, representada por Paulo Melo, também secretário. Já no órgão de administração estão a GRATER, enquanto entidade gestora, cuja presidência é agora assumida pelo município da Praia da Vitória, representado por Tibério Dinis, a Associação de Pescadores Graciosenses na vice-presidência, a Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, com Rodrigo Rodrigues no cargo de vogal, que se estende, ainda, à freguesia de São Mateus da Vila da Graciosa, representada por Manuel Ramos.

Na assembleia de parceiros da GRATERMAR foram, também, apreciados e aprovados os avisos de abertura de candidatura à estraté-



gia no âmbito do DLBC Costeiro. No mesmo dia, reuniu ainda a assembleia-geral da GRATER. No encontro discutiu-se a questão da adesão dos associados, apreciou-

se e votou-se o plano de atividades e o orçamento para 2019, bem como outros assuntos de interesse para a associação de desenvolvimento regional.

## Comité das Regiões aprova manutenção das taxas de cofinanciamento

O presidente do Governo Regional levou a discussão e aprovação, na 132ª sessão plenária do Comité das Regiões, em Bruxelas, sete alterações ao parecer daquele comité relativo à proposta da Comissão Europeia para a reforma da Política Agrícola Comum (PAC).

Uma destas propostas de alteração ao parecer do Comité das Regiões preconiza a manutenção das taxas de cofinanciamento comunitário em 85% para o período 2021-2027, ao invés da redução para 70%, proposta pela Comissão Juncker, no próximo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

Segundo Vasco Cordeiro, uma redução das taxas de cofinanciamento comunitário, em relação ao atual Quadro Comunitário de Apoio, colocaria em risco a execução de programas de desenvolvi-



mento rural em regiões como os Açores.

O líder do executivo açoriano apresentou, ainda, uma proposta de alteração que defende que a Comissão Europeia deve manter o mesmo nível de financiamento do POSEI no próximo Quadro Financeiro Plurianual – cerca de 106 milhões de euros para os Açores e para a Madeira –, tendo em conta que se trata de um re-

gime específico de apoio às Regiões Ultraperiféricas, por forma a que possam fazer face à sua insularidade e ao afastamento dos mercados.

Outra das propostas aprovadas preconiza a importância de uma abordagem regional na definição e gestão dos programas de desenvolvimento rural, em conformidade com o princípio da subsidiariedade, que rege o exercício das competências da União Europeia e que está consagrado no Tratado da União.

Os pareceres agora aprovados nesta sessão plenária, que decorreu no passado dia cinco de dezembro, serão enviados às instituições europeias, nomeadamente à Comissão Europeia, ao Conselho Europeu, que reúne os Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros, e ao Parlamento Europeu.

## Açores têm maior riqueza per capita do que em 2000

O primeiro Relatório do Desenvolvimento & Coesão, divulgado no passado dia cinco de dezembro pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, analisou a evolução do país desde o ano 2000 e concluiu que, em 2016, seis das sete grandes regiões do país tinham uma riqueza per capita mais baixa do que em 2000. A exceção são os Açores, que subiram ligeiramente, em dois pontos percentuais (os dados têm como referência o valor médio da União Europeia). De acordo com esse documento, a maior quebra aconteceu em Lisboa. Desde o ano 2000, Lisboa tem crescido a um ritmo quase 50% inferior ao da média comunitária, o que “tem um acentuado processo de convergência negativa.” De facto, foi em Lisboa e na Madeira que o impacto da crise de 2008 se sentiu com mais força. Também o Alentejo e o Algarve se afastaram da Europa.

Mas houve regiões a aproximar-se, durante os anos de crise: o Centro, ainda que de forma marginal, e o Norte cresceram mais do que a União, “tendo aparentemente resistido melhor ao período de crise.”

Olhando às regiões NUT III portuguesas, nota-se que as mais pobres conseguiram crescer mais do que as restantes. O documento salienta o Alentejo Litoral e o Algarve, que cresceram acima da média europeia, entre 2000 e 2015.

Uma explicação avançada para a perda de riqueza de Lisboa, e ganhos das regiões menos desenvolvidas, é o facto de, a uma fase de crescimento acelerado, se seguir uma outra, de menor capacidade para absorver investimento e, portanto, de gerar riqueza.



Relatório do Desenvolvimento & Coesão



## Tecedeira terceirense no Carrousel du Louvre



Eduarda Vieira, tecedeira da ilha Terceira, marcou presença no Carrousel des Métiers d'Art et de Création, no Carrousel du Louvre, que se realizou de seis a nove de dezembro. A artesã esteve em Paris a convite da Marita Moreno, uma marca de sapatos e acessórios de moda "slow fashion".

A tecedeira terceirense, recorde-se, é parceira da Marita Moreno, precisamente desde que a designer Marita Setas Ferro, responsável pela marca, veio à Terceira ministrar a formação Inovar nas Artes e Ofícios, no âmbito do Craft & Art, organizada pelo Centro Regional de Apoio ao Artesanato em co-

laboração com a GRATER. Desde essa altura, Eduarda Vieira tem colaborado na criação de padrões de tecelagem tradicional aplicados aos sapatos.

O Carrousel des Métiers d'Art et de Création é uma das feiras de artes e ofícios de maior prestígio na região de Paris. Este ano, Portugal foi o país convidado do evento. Estiveram presentes 12 empresas e uma associação de desenvolvimento regional.

A feira – a que acorrem, de dois em dois anos, cerca de 30 mil visitantes – decorre no espaço de exposições do Museu do Louvre, contando com mais de 300 expositores.



## Resultados e impactos do LEADER devem ser traduzidos

Maria João Botelho, presidente da ELARD - European LEADER Association for Rural Development, defendeu, no Parlamento Europeu, a necessidade de investir nos indicadores do Sistema Comum de Acompanhamento e Avaliação, por forma a traduzir, ao nível dos Estados-Membros e da União os resultados e os impactos do LEADER.

A responsável, que falava a 22 de novembro, no âmbito de uma audição pública dedicada às "Experiências do LEADER – ensinamentos adquiridos e eficácia dos fundos europeus para o desenvolvimento", organizada conjuntamente pela Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural e pela Comissão do Controlo Orçamental, referiu-se, ainda, às propostas legislativas da Comissão para a futura Política Agrícola Comum (PAC), tendo lamentado que

o FEADER já não integre a proposta de Regulamento das Disposições Comuns. Segundo a presidente da ELARD, essa lacuna pode ser um obstáculo suplementar a uma implementação integrada dos diferentes Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), em especial nas intervenções territoriais, como o DLBC.

Em preparação do pós-2020, e em resposta à "redução do orçamento da PAC com uma afeção mínima para o LEADER de apenas 5% do FEADER e de devolução das decisões de programação aos Estados-Membros", a ELARD contrapôs com a defesa de um aumento "de 5% para 10% da proporção mínima de financiamento a atribuir ao LEADER, com 80% de cofinanciamento da União Europeia para todas as despesas no âmbito do LEADER". Entretanto, Maria João Botelho saudou a pro-



posta regulamentar "que reduz o prazo para aprovação dos GAL pelas Autoridades de Gestão para um ano após a aprovação do PDR pela Comissão", o que, entende, contribuirá para reduzir os intervalos de financiamento entre ciclos de programação.

# Novos planos para despesas de fundos de coesão são mais flexíveis

O Tribunal de Contas Europeu reconheceu, num parecer publicado a 31 de outubro, que os novos planos para a realização das despesas dos fundos da União Europeia relativos à coesão são, de facto, mais simples e mais flexíveis. Todavia, defende, há que garantir o impacto real das despesas dos Estados-Membros e o cumprimento das regras.

A simplificação pode, segundo este parecer, ser um fator de redução de encargos administrativos, preterindo os recursos em vez dos resultados. Apesar disso, adianta, existem disposições pouco claras, suscetíveis de conduzir a diferentes interpretações e de afetar a segurança jurídica. A simplificação,



considera, não deve levar a um aumento de riscos de incumprimento das regras ou impedir uma utilização ótima dos fundos limitados da União Europeia.

A proposta de regulamento, do dia 29 de maio, auditada agora pelo Tribunal de Contas Europeu, estabelece as Disposições Comuns para 2021/2027, abrange

sete fundos – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu Mais (FSE+), o Fundo de Coesão (FC), o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), o Fundo para o Asilo e a Migração (FAM), o Fundo para a Segurança Interna (FSI) e o Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos (IGFV). O total destes fundos pode atingir os 360 mil milhões de euros, ou seja, um terço do orçamento total da União Europeia para o período em causa. O regulamento define os objetivos políticos comuns, a repartição dos fundos entre os Estados-Membros e as regras de programação e de garantia da execução da política.

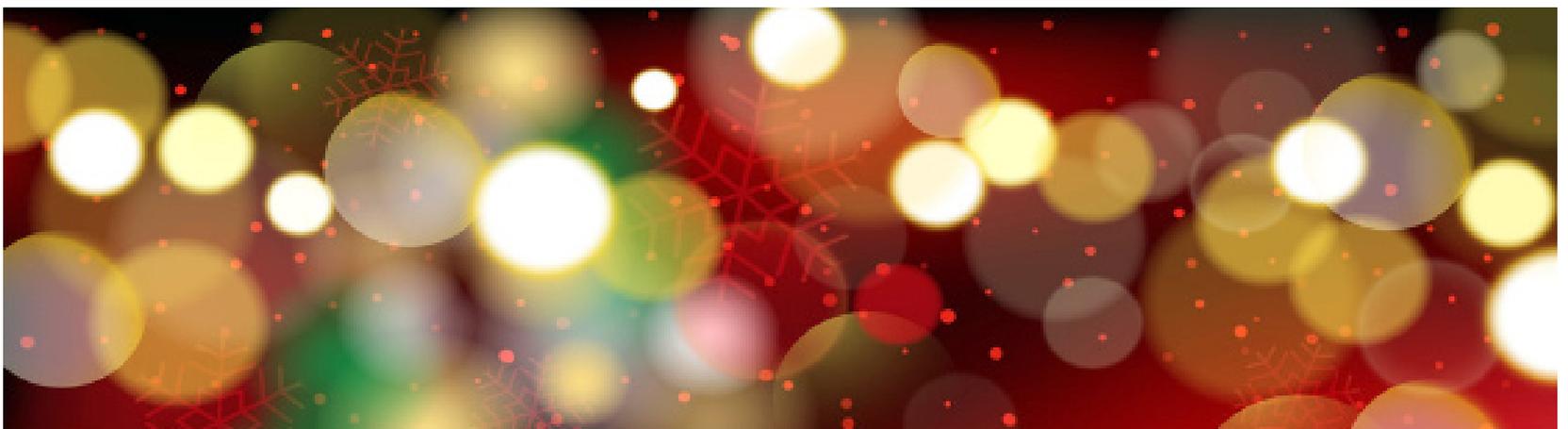


Abertura de avisos em 2019:

• De um de março a 28 de março: 7.5 – Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e infor-

mações turísticas

• De um de abril a 30 de maio: 6.4 – Investimentos na criação e desenvolvimento de atividades não agrícolas.



## Boas Festas

• O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E A EQUIPA TÉCNICA DA GRATER -ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DESEJAM-LHE UM FELIZ NATAL E UM PRÓSPERO ANO NOVO •